

DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XAVANTE

Estudo Técnico Preliminar 37/2024**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25050.002822/2024-46

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada em engenharia para a construção de Sistema de Abastecimento de Água na Aldeia Querência, adstrita ao Polo Base de Campinópolis.

2.1. O presente processo administrativo tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para construção de Sistema de Abastecimento de Água na Aldeia Querência, adstrita ao Polo Base de Campinópolis.

2.2. Trata-se de serviço de perfuração de poço tubular profundo com instalação de reservatórios e rede de distribuição de água, com fornecimento de suporte e todos os materiais necessários, na Aldeia do DSEI Xavante, que tem por objetivo atender de forma especial levando água em quantidade e qualidade aos povos indígenas.

2.3. Considerando que é dever da União através do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena – SESANI do DSEI /XAVANTE implantar a estrutura física para atendimento da saúde da população indígena.

2.4. A ação que será implantada na terrasindígena, atenderá cerca de 01 (uma) Aldeia. Essa população consome água de mananciais poluídos que se encontram expostas aos agentes microbiológicos potencialmente prejudiciais à saúde, e estão diretamente relacionados ao acometimento de infecções bacterianas ao consumo de água contaminada, além disso é responsável pela alta incidência de doenças infecciosas, que constituem grave risco para a saúde indígena.

2.5. A contratação do serviço trará benefícios a seguinte aldeia:

2.5.1. **Aldeia pertencente ao município de Campinópolis** : Aldeia Querência.



2.6. Para que se viabilize o funcionamento do sistema a ser implantado garantindo água de qualidade para essa aldeia há a necessidade de se executar a captação de água através de mananciais subterrâneos. Os aquíferos por sua vez, são mais protegidos quanto à contaminação do que as águas superficiais. Nas águas superficiais notam-se, geralmente problemas com a turbidez da água, causada pela presença de matériassólidas em suspensão (silte, argila, sílica, colóides), matéria orgânica e inorgânica finalmente dividida, organismos microscópicos e algas, é também bastante elevada.

2.7. Sendo assim, a justificativa que priorizou a escolha dos mananciais subterrâneos para o abastecimento, se sobrepõe a qualquer outro como a primeira alternativa a ser considerada. Esta opção é resultante das vantagens que apresenta sobre a captação de recurso hídricos de superfície por oferecem condições mais vantajosas de custo/benefício se comparando com a utilização de mananciais de superfície.

2.8. A partir da nova situação advinda do serviço, trará a população indígena água em quantidade e qualidade suficiente que é o essencial em todos os seguimentos da vida, com isso, estará beneficiando essa população, trazendo qualidade de vida para os colaboradores que faz atendimento nas aldeias de forma indireta e de forma direta os indígenas residentes na aldeia, uma vez que o acesso a água é essencial nos protocolos de higiene e que comprovadamente reduzem o risco de contaminações, além de melhorias das condições sanitárias das habitações, tratando-se portanto, de um investimento na área social de elevada importância.

2.9. Enfim, como a qualidade da água é um fator imprescindível à manutenção da saúde humana, o objetivo do DSEI Xavante é ampliar os povos indígenas beneficiados proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida com a redução de doenças e a incorporação de hábitos higiênicos.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SESANI / DSEI XAVANTE / SESAI / MS	Roberto Pereira Bravo

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e no Plano Diretor de Logística Sustentável do Ministério da Saúde:

- 4.1.1. Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou novas tecnologias de resfriamento do ar que utilizem energia, elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- 4.1.2. Para contratação de obras e serviços de engenharia, devem ser elaborados visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental;

- 4.1.3. Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- 4.1.4. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- 4.1.5. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- 4.1.6. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- 4.1.7. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- 4.1.8. Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras.

4.2 Consoante ao Plano Diretor de Logística Sustentável, priorizar, nas aquisições e contratações públicas, a seleção de produtos reciclados e recicláveis, bem como de bens, serviços e obras que adotem critérios alinhados a padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, art. 7º, inciso XI, alíneas “a” e “b”), em articulação com o disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 26, inciso II.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 05% (cinco por cento) do valor total da contratação.

Requisitos da contratação

4.4 Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.

4.5 O serviço realizado e o cumprimento do objeto deverá ser exercido por profissionais técnicos especializados e habilitados na parte administrativa /inspeção, bem como nos serviços operacionais. Neste caso, para a verificação dos serviços, cumprimento do cronograma físico-financeiro e cumprimento do projeto executivo e às normas técnicas, cita-se em especial o Engenheiro Civil /Sanitarista, Geólogo/Geofísico e o Encarregado de Obras.

4.6 Engenheiro Civil/Sanitarista: Deverá exercer o acompanhamento da obra, interpretação do projeto executivo e elaboração dos documentos exigidos pela fiscalização, bem como a Planilha de medição e o Diário de Obras. Deverá ser o responsável técnico pela obra; Encarregado de Obras: Será o responsável técnico por repassar os serviços designados pelo Engenheiro Civil/Sanitarista, à equipe operacional e acompanhamento dos serviços in loco.

4.7 A qualificação técnica deverá ser relativa à execução de obra, o profissional responsável técnico pela empresa, deve apresentar Certidão de Acervo Técnico – CAT, juntamente com Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) e Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART expedidos pelo CREA /CAU para a comprovação de capacidade técnica na execução. A certidão deve demonstrar a execução dos serviços registrados na ART, tendo em vista aos serviços e as quantidades abaixo descritas:

- Execução de rede de distribuição de água;
- Execução da área mínima de 50 m² de Alvenaria;
- Execução de revestimento primário (reboco), no mínimo em área de 50 m²;
- Execução de estrutura em concreto armado;
- Execução de Serviço de Geofísica e/ou;
- Perfuração de poço tubular profundo com revestimento.
- A vigência prevista para o contrato, será de 12 (doze) meses. Aptidão frente a regularidade jurídica, fiscal, econômica/contábil, trabalhista, idoneidade e social.

4.8 Garantia da qualidade dos serviços com disponibilidade de pessoal qualificado voltado à eficácia e eficiência dos recursos empregados.

4.9 As soluções adotadas, foram previstas de acordo com as normativas técnicas, dispostas na ABNT - (Associação Brasileira de Normas Técnicas), estudando tecnicamente cada etapa de serviço a ser realizado. Informo ainda, que o levantamento dos serviços e a adoção das técnicas necessárias, foram realizadas por profissionais técnicos habilitados do SESANI/Xavante. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para o cumprimento do contrato.

4.10. Observância as normas e leis, inclusive a Lei nº 14.133/21, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

4.11. A empresa licitante prestará serviço de engenharia para perfuração de poço tubular profundo com instalação de reservatórios e rede de distribuição de água em 01 (uma) aldeia pertencente a abrangência do DSEI Xavante e obedecendo os seguintes requisitos:

4.11.1. Será celebrado contrato com a adjudicatária, com prazo de execução de 120(cento e vinte) dias, a contar da data da assinatura do CONTRATO e vigência de 12 (doze) meses.

4.11.2. A contratação será distribuídas em 01 lote assim distribuído: Lote 1, localizado no município de Campinópolis /MT.

4.11.3. Considerando que é dever da União através do Serviço de Edificações e Saneamento Ambiental Indígena – SESANI do DSEI /XAVANTE implantar a estrutura física para atendimento da saúde da população indígena.

4.12. Os serviços devem ser realizados em conformidade ao exigido no Projeto Executivo.

4.13. A Empresa participante da licitação deve Emitir Declaração de que tem pleno conhecimento de todas as condições necessárias para a prestação do serviço.

4.14. Encarregado de obra com capacidade técnica para acompanhamento dos serviços.

4.13. Todos os valores estarão listados no demonstrativo de valores e tabela de preços que foram levantados junto a Tabela SINAPI - 06/2025 - Mato Grosso, ORSE - 05/2025 - Sergipe, EMBASA - 01/2025 - Bahia.

4.16. Dos documentos relativos à qualificação técnica:

4.17. A empresa licitante deverá estar devidamente registrada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia (CREA). Na data prevista para entrega da proposta apresentará a Certidão de Registro e Quitação que comprova a situação do registro da empresa no conselho quanto a sua regularidade e anuidade;

4.17.1. Comprovação técnico-operacional – apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação;

4.17.2. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser realizada por meio do somatório de atestados de execução de serviços concomitantes.

4.17.3. Comprovação da capacidade técnico-profissional – apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação;

4.17.4. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica acima elencados deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato social/estatuto social; o administrador ou o diretor; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

4.17.5. Os atestados de capacidade técnico-profissional, os Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's) ou Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Certificado de Acervo Técnico (CAT) deverão estar devidamente registrados no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou no Conselho Regional de Engenharia (CREA) da região onde os serviços foram executados, comprovando que os arquitetos ou engenheiros constantes do quadro técnico da licitante executam ou executaram serviços similares, em vulto e tipologia aos da contratação pretendida, objeto deste Projeto Básico.

5. Levantamento de Mercado

Pesquisas sobre Contratações Similares

5.1. Foram realizadas pesquisas junto a outros órgãos e entidades da Administração Pública com o intuito de identificar experiências análogas, novas metodologias, tecnologias e inovações aplicáveis à presente demanda. Contudo, em razão da especificidade e peculiaridade do objeto, não foram localizadas contratações similares que pudessem subsidiar diretamente os estudos pretendidos.

Soluções Identificadas

5.2. Foram identificadas as seguintes soluções possíveis:

- **Solução 1:** Execução dos estudos com abordagem multidisciplinar pelo próprio corpo de servidores do DSEI Xavante.
- **Solução 2:** Contratação de empresa especializada para a implementação de um Sistema de Abastecimento de Água (SAA) com expertise técnica multidisciplinar, voltado à Aldeia Querência, localizada no município de Campinópolis e vinculada ao Polo Base local, contemplando cerca de 50 indígenas da etnia Xavante.

Análise Comparativa das Soluções

5.3. Para definição da alternativa mais adequada, procedeu-se à análise comparativa das soluções identificadas, com base em critérios técnicos e econômicos.

5.4. O quadro a seguir apresenta os principais prós e contras de cada alternativa:

Solução Identificada	Vantagens (Prós)	Vantagens (Prós)
Solução 1: Realização dos estudos pelo corpo técnico do DSEI Xavante	1. Dispensa de contratação externa; 2. Menores custos agregados e ausência de custos de transação.	1. Baixo custo-benefício; 2. Equipe interna com formação limitada em abordagem multidisciplinar; 3. Risco elevado de descontinuidade e fragmentação da execução; 4. Maior prazo para entrega dos produtos; 5. Alto risco de inexecução parcial ou total do objeto; 6. Possibilidade de entrega de estudos incompletos ou com falhas técnicas.
Solução 2: Contratação de empresa especializada com notório conhecimento técnico	1. Melhor relação custobenefício; 2. Equipes com qualificação técnica multidisciplinar comprovada; 3. Maior agilidade na execução; 4. Maior qualidade técnica dos produtos entregues; 5. Proposição de soluções eficazes e aplicáveis; 6. Possibilidade de consultoria técnica durante a fase de execução da obra; 7. Capacidade de atuação integrada em diversas etapas do projeto.	1. Necessidade de processo licitatório e respectivos custos associados à contratação. 2. Custo financeiro inicial mais elevado (ainda que compensado pela eficiência e resultados superiores).

Justificativa da Escolha da Solução

5.5. **A Solução 2**, que prevê a contratação de empresa especializada com expertise técnica multidisciplinar, foi escolhida por apresentar a melhor relação custo-benefício, maior qualidade técnica e menor risco de inexecução. A complexidade do objeto que envolve estudos técnicos para implantação de sistemas de abastecimento de água exige a capacitação que supera a estrutura disponível internamente.

5.6. Além disso, a realização de processo licitatório garante segurança jurídica, transparência, isonomia e controle institucional, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação via licitação se mostra a alternativa mais adequada, eficiente e segura para atender ao interesse público.

Modalidade de licitação

5.7. Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a modalidade concorrência é definida como:

Art. 6º, inciso XXXVIII – Concorrência: modalidade de licitação utilizada para a contratação de bens e serviços especiais, bem como de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;*
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;*
- c) técnica e preço;*
- d) maior retorno econômico;*
- e) maior desconto.*

5.8. Dessa forma, com fundamento o DSEI Xavante adotará a modalidade Concorrência, na forma eletrônica, na Lei nº 14.133 /2021 e demais normativos aplicáveis, observando as condições que serão estabelecidas no respectivo edital.

Vigência da contratação

5.9. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato , na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A Construção de Sistema de Abastecimento de Água será composta pelos seguintes serviços:

- 6.1.1. Execução de estrutura em concreto armado, contendo sapatas, vigas de fundação, pilares e laje pré - moldada;
- 6.1.2. Execução de paredes em alvenaria cerâmica para fechamento da edificação;
- 6.1.3. Execução de pavimentação com contrapiso, piso cimentado e piso cerâmico;
- 6.1.4. Pintura em paredes externas e internas, com aplicação de fundo selador, massa acrílica e tinta acrílica látex duas demãos.
- 6.1.5. Revestimento cerâmico em áreas molhadas;
- 6.1.6. Instalações elétricas prediais;
- 6.1.7. Instalações hidrossanitárias;
- 6.1.8. - Além de outros serviços especificados e detalhados em planilha orçamentária e demais peças técnicas componentes do Projeto Básico;

6.2. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

6.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

6.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.8. A prestação de serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados e a Administração Contratante, vedando – se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.9. A empresa contratada para execução dos serviços supracitados se obriga a executar os serviços conforme a presente especificação, bem como executá-la dentro do máximo rigor técnico, tomando por base as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT “Construção de poço tubular para a captação de Água Subterrânea ” NBR 12244”.

6.10. O cronograma físico/ financeiro da obra deverá prever:

- A conclusão da construção dos poços em no máximo 30 (trinta) dias para cada localidade;
- Sem a conclusão do poço com a comprovação da quantidade e qualidade da água, não deverá ser dado início em hipótese alguma a obra do SAA (Sistema de Abastecimento de Água), devendo aguardar a autorização da fiscalização.

6.11. A fiscalização poderá rejeitar e solicitar a qualquer tempo a substituição de quaisquer equipamentos, serviços e/ou materiais, que não considere adequado ao bom andamento da obra de acordo com a presença especificação ou com as normas vigentes. A substituição dos materiais e/ou equipamentos propostos no processo de licitação, durante a realização da obra só poderá ser efetuada pela empresa contratada, mediante a autorização da fiscalização.

6.12. Correrão por conta da empresa contratada as despesas com relação a acidentes de trabalho envolvendo seus operários ou terceiros, devendo a mesma observar rigorosamente as normas vigentes na legislação trabalhista e as da Previdência Social.

6.13. Quaisquer danos que ocorram a bens móveis ou imóveis, bem como ao meio ambiente, resultantes de imperícia, ou negligência na execução dos serviços serão de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada devendo a mesma responder por eles.

6.14. A empresa contratada ficará obrigada a apresentar, mediante solicitação da fiscalização, mesmo depois da realização da obra, quaisquer documentos necessários ao esclarecimento de dúvidas ou questões sobre o andamento dos serviços, materiais ou equipamentos utilizados nos poços tubulares ou sobre as características ou condições de operação e manutenção dos mesmos.

6.15. A empresa contratada deverá manter geólogo residente no canteiro de obra para gerenciar e acompanhar os trabalhos de perfuração, complementação e teste de produção do poço tubular.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa de preços da contratação é compatível com os quantitativos levantados no projeto básico, utilizando-se os preços constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), aplicáveis a obras e serviços de engenharia. Para os itens cuja inviabilidade técnica impede a utilização direta dos insumos ou composições do SINAPI, adota-se a metodologia de pesquisa disposta na Instrução Normativa SEGES /ME nº 65/2021.

7.2. Para a elaboração do projeto de construção do sistema de abastecimento de água, são consideradas formulações técnicas baseadas nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em consonância com as Diretrizes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Na mesma planilha orçamentária, incluem-se a memória de cálculo e as especificações técnicas, que servem de referência para a execução da obra.

7.3. A relação dos serviços, suas unidades e respectivas quantidades é definida após o detalhamento do escopo do projeto, subsidiado pelos estudos de campo e pela escolha da alternativa técnica mais adequada ao alcance dos objetivos propostos.

7.4. Com base nos estudos realizados, elaboram-se as peças gráficas, incluindo a planta geral de implantação do projeto. Essa planta contempla a localização dos principais elementos por meio de coordenadas geográficas, possibilitando uma compreensão ampla do escopo. Integra também o acervo técnico o memorial descritivo, que apresenta o detalhamento minucioso de cada etapa a ser executada.

7.5. O detalhamento do projeto compreende a subdivisão por áreas do conhecimento técnico envolvidas, incluindo os projetos de situação e localização, arquitetura, hidráulica, estrutural e elétrica. Em cada um desses projetos definem-se as especificações dos materiais e serviços necessários, bem como os respectivos quantitativos.

7.6. Com base em todos os estudos realizados e representados pelas peças gráficas mencionadas, organiza-se a planilha orçamentária e os memoriais de cálculo contendo a relação completa das quantidades dos serviços a serem contratados. As estimativas estão apresentadas de forma detalhada na planilha de orçamento.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 540.903,81

8.1. As planilhas orçamentárias foram elaboradas com base no sistema – SINAPI, ORSE e EMBASA.

8.2. Sobre o valor total da planilha de estimativa de custo, foram considerados acréscimos correspondentes à taxa de bonificação e despesas indiretas (BDI), aplicados, tanto sobre os serviços, como também sobre os itens correspondentes ao fornecimento de materiais e equipamentos, de forma diferenciada, em conformidade com o especificado no acórdão do TCU n.º 2622/2013.

8.3. O valor estimado da contratação é de R\$ 540.903,81 (quinhentos e quarenta mil novecentos e três reais e oitenta e um centavos), já inclusos: o BDI, os encargos sociais, as taxas, impostos e emolumentos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A recomendação geral é que não haja parcelamento de obras de edificações simples e que contenha apenas serviços usuais de engenharia. Ressalta-se que se trata de serviço de construção de obra de pequeno porte realizado em apenas um local, neste caso, em comunidade indígena. Dessa forma, considerando ainda que não há fornecimento de materiais, equipamentos ou algum outro tipo de serviço que representa parcela significativa do empreendimento que justifique o parcelamento do objeto e também por questões logísticas, foi adotado o não parcelamento para esta obra em questão. O parcelamento da obra acarretaria um aumento de custos de administração, acampamento e canteiro de obra. Além disso, ocasionaria maior demanda por processos administrativos por parte do DSEI/XAVANTE.

9.2. Nesse entendimento, optou-se pelo não parcelamento do objeto, também tendo como um importante parâmetro, o valor do orçamento base elaborado pelo órgão que é de R\$ 540.903,81 (quinhentos e quarenta mil novecentos e três reais e oitenta e um centavos).

9.3. Analisando o orçamentos base, qualquer empresa poderá participar do certame, garantindo assim a ampliação da competitividade entre os licitantes, não precisando efetuar o parcelamento para garantir o princípio legal supracitado.

9.4. Outro fator importante remete a evitar o considerado fracionamento de obras, mesmo que levando em conta a região onde ela será executada. A intenção é garantir uma maior agilidade e menor perda de tempo na execução dos serviços, a divisão em lotes, ou seja, o parcelamento levaria à existência de vários cronogramas, um para cada empresa detentora de contrato, o que dificultaria o acompanhamento e a fiscalização.

9.5. Portanto, fica justificado que, pelo porte e complexidade da obra em questão, não há necessidade de se fazer um parcelamento dos serviços.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No âmbito deste DSEI/XAVANTE as contratações correlatas para garantia da fiscalização à obra em questão são:

10.1.1. Contrato de aluguel de veículos: Deve haver meios para a realização de deslocamentos para as visitas técnicas de fiscalização de obras.

10.1.2. Fornecimento de combustível para os veículos: Deverá haver saldo do combustível para a efetivação dos deslocamentos para as visitas técnicas de fiscalização de obras.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Essa proposta esta de acordo com instrumento de planejamento estratégico da Secretaria de Saúde Indígena, ao Plano Distrital de Saúde Indígena (PDSI 2024 - 2027) e ao Plano Anual de Contratações (PAC 2024-2027).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 O objetivo principal Garantir o Abastecimento de Água na aldeia em concordância com as normas regulamentadoras, para a promoção de saúde.

12.2 Por meio dessa contratação, o DSEI-XAVANTE pretende atender a Lei nº 9.836/99, de 23 de setembro de 1999, a qual estabelece que as ações de saúde indígena devem obrigatoriamente levar em consideração a realidade local e as especificidades da cultura dos povos indígenas, pautado em uma abordagem diferenciada e global, contemplando os aspectos de assistência à saúde, saneamento básico, educação sanitária e integração institucional.

12.3 Os benefícios estão ligado diretamente ao conforto, segurança, bem estar da população indígena pois os serviços visa dotar a população indígena da Aldeia de água de boa qualidade e quantidade para consumo humano como meio de controle das doenças de veiculação hídrica executadas tendo por referência a metodologia, custos, especificações anexas e em consonância com as Normas Técnicas Brasileiras vigentes.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. A execução dos serviços a ser contratado será acompanhado por servidores efetivos indicados pela Gestão do Contrato e coordenação do DSEI /XAVANTE para atuarem como fiscais do contrato, com suporte dos fiscais técnicos no âmbito da Engenharia, o qual deverá observar a obrigatoriedade de elaborar mensalmente relatórios de acompanhamentos e medições. Neste relatório deverão constar a medição, a avaliação do desempenho da contratada e as possíveis ocorrências relativas ao descumprimento de cláusulas contratuais, subsidiando o aceite, o atesto e a efetivação do pagamento.

13.2. Para o pleno cumprimento das ações requeridas é necessário que o DSEI/XAVANTE possua contrato de aluguel de veículos vigente e saldo de combustível para a efetivação das viagens de campo para a realização de visitas técnicas. Além disso, como haverá servidores federais como fiscais de contrato, deve haver previsão orçamentária de diárias para viabilizar o descolamento destes servidores. Dessa forma, para que os serviços sejam realizados em contento com o esperado por esta administração, não se fazem necessárias adequações adicionais no ambiente deste órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações da Resolução n. 448/2012, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;
- resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem /recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

14.2 Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

14.3 Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.5 Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação Correlata; Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

14.6 Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

14.7 Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

- Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata;
- Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 112, de 21/08/2006, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

14.8 Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO PEREIRA BRAVO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 24/02/2026 às 09:27:54.

IVAIR ANTONIO PERATELLI

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 25/02/2026 às 08:35:38.

LINO TSERE UBUDZI MORITU

Membro da comissão de contratação

